

SUMÁRIO

Capítulo I

Conceito de direito processual penal	27
--	----

Capítulo II

Relação com o direito penal e a execução penal.....	31
1) Introdução: autonomia do processo e da execução penal	31
2) Por um sistema integrado de direito penal, processo e execução penal	34
3) Implicações de um sistema integrado	39

Capítulo III

FUNÇÕES do direito processo penal	45
1) Introdução.....	45
2) A justificação da pena segundo Luigi Ferrajoli	46
3) A justificação da pena segundo Claus Roxin	52
4) Conclusão	55

Capítulo IV

Direito e interpretação	59
1) Introdução.....	59
2) Interpretar é compreender	63
3) Limites da interpretação	66
4) Existe A resposta juridicamente correta?.....	68
5) Direito e analogia.....	75

6) Analogia e interpretação analógica?	77
7) Proibição de analogia?	80
8) O que é analogia <i>in malam partem</i> e quando é razoável proibi-la. Analogia aplicada ao processo penal.....	82

Capítulo V

Construção da verdade no processo penal	89
1) Introdução.....	89
2) O que é a verdade?.....	91
3) Sobre a mentira	96

Capítulo VI

Retroatividade da lei processual penal	103
1) Introdução.....	103
2) Retroatividade num sistema integrado.....	106
3) Retroatividade das regras sobre execução penal	109
4) Retroatividade da lei penal em sentido amplo: conclusões	110
5) Retroatividade da Lei 13.964/2019.....	111
5.1) Interpretação da reforma a partir de um sistema integrado	111
5.1.1) Juiz das garantias.....	111
5.1.2) <i>Acordo de não persecução penal</i>	112
5.1.3) Reexame obrigatório da prisão preventiva e prisão preventiva obrigatória	114
5.1.4) Outros temas de processo penal.....	115
5.1.5) Novas regras de execução penal.....	115
5.1.6) Novas regras de direito penal material.....	116

Capítulo VII

Princípios processuais penais	117
1) Introdução.....	117

2) Presunção de inocência	120
2.1) Significado e implicações	120
2.2) Ônus da prova e outros temas: Súmula 444 do STJ, revisão criminal etc.	122
2.3) Execução provisória da sentença.....	125
2.3.1) Introdução: execução pro reo	125
2.3.2) Execução provisória pro societate.....	127
2.3.3) <i>Execução imediata das condenações do júri?</i>	129
3) Contraditório e ampla defesa.....	134
3.1) Introdução.....	134
3.2) Implicações	135
3.3) Defesa técnica e autodefesa	137
3.4) Correlação entre acusação e sentença – o art. 385 do CPP	141
3.5) <i>Emendatio libelli</i>	144
3.6) Pode o juiz condenar sem que haja pedido de condenação?.....	147
3.7) Proposição de pena pela acusação	156
3.8) Abolição do parecer ministerial.....	157
4) Princípio da não autoincriminação	160
4.1) Significado e implicações	160
4.2) Questões controvertidas.....	164
4.2.1) Coleta de material genético.....	164
4.2.2) Possíveis implicações de uma falsa declaração	167
4.2.3) Condução coercitiva	169
5) Juiz natural ou legal.....	170
5.1) Significado e implicações	170
5.2) Especialização de varas, desaforamento, promotor natural etc.	178
5.3) Sistema acusatório: poderes instrutórios do juiz	183
5.4) O juiz das garantias e sistema acusatório	185
5.4.1) Introdução.....	185
5.4.2) Retroatividade da lei.....	190
5.4.3) Competência do juiz de garantias.....	191
5.4.4) Competências em espécie	192

5.4.5) Encerramento da atuação do juiz de garantias etc.	195
6) Duplo grau de jurisdição.....	196
7) Razoável duração DO processo	198
8) Publicidade dos atos processuais	201
9) <i>Ne bis in idem</i>	203
9.1) Significado e implicações	203
9.2) O problema da reincidência	205
9.3) Erros frequentes na aplicação da pena.....	207
9.4) Modelo de sentença	211

Capítulo VIII

Inquérito policial	213
1) Introdução: conceito, finalidades, características etc.	213
2) Tramitação e controle externo.....	216
3) Indiciamento	217
4) Valor probatório do inquérito	218
4.1) Exclusão física do inquérito na Lei nº 13.964/2019?.....	219
5) Conclusão e prazos	221
6) Arquivamento, desarquivamento e coisa julgada	222
7) O arquivamento do inquérito a partir da lei nº 13.964/2019.....	225
8) DENÚNCIA ANÔNIMA	227

Capítulo IX

Ação penal	231
1) Introdução: conceito, espécies etc.....	231
2) Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	233
3) Ação penal pública	236
4) Princípios – ou regras – que regem a ação penal pública.....	237
4.1) Princípio da obrigatoriedade?.....	238
5) Ação penal pública condicionada: retratação da representação.....	239
5.1) Legitimidade concorrente – Súmula 714 do STF	240

6) Ação penal (de iniciativa) privada	241
7) Ação penal (de iniciativa) privada subsidiária	242
8) Decadência e perempção	242

Capítulo X

Acordo de não persecução penal	245
1) Introdução.....	245
2) Cabimento.....	248
2.1) Justa causa: casos de denúncia, não de arquivamento	249
2.2) Crimes não violentos	250
2.3) Crimes cuja pena mínima seja inferior a 4 anos	251
2.4) Confissão formal e circunstanciada etc.	252
3) Obrigações do investigado	254
4) Vedações legais	255
5) Procedimento, momento de sua proposição, rescisão, concurso de agentes etc.....	257
6) ANPP e arrependimento posterior	260

Capítulo XI

Efeitos civis da sentença penal	261
1) Introdução.....	261
2) A sentença condenatória como título executivo judicial.....	262
3) Efeitos civis da sentença penal absolutória	263
4) Fixação do valor mínimo a título indenizatório.....	267

Capítulo XII

Prisão preventiva	269
1) Introdução.....	269
2) Algumas restrições à prisão	272
2.1) Detração.....	274
3) As alterações da Lei nº 13.964/2019	275

3.1)	Introdução.....	275
3.2)	Reexame obrigatório da prisão preventiva a cada 90 dias.....	276
3.3)	Fundamentação da decisão.....	278
3.3.1)	Hipóteses de falta ou de insuficiência de motivação	280
3.4)	Prisão preventiva obrigatória nos crimes dolosos contra a vida?	282
4)	Contraditório e cumulação de medidas.....	284
5)	Cautelaridade? Em que sentido?	285
6)	Princípios que incidem sobre as medidas cautelares: o poder geral de cautela	288
7)	Prisão domiciliar.....	291
8)	Fundamentos legais	293
9)	Motivação da decisão que decreta a preventiva.....	294
10)	<i>Fumus commissi delicti e periculum libertatis</i>	296
10.1)	Garantia da ordem pública e da ordem econômica	297
10.2)	Conveniência da instrução e aplicação da lei.....	300
11)	Crimes que admitem a prisão preventiva	300

Capítulo XIII

Da prisão temporária.....	307
---------------------------	-----

Capítulo XIV

Prisão em flagrante	309
1) Introdução.....	309
2) Cautelaridade.....	310
3) Tipos de flagrante: próprio, impróprio e presumido	312
4) Flagrante em crime permanente, habitual etc.	315
5) Flagrante provocado, esperado, ação controlada etc.	319
6) Decisões judiciais possíveis.....	321
7) Casos especiais: infrações penais de menor potencial ofensivo, crimes de ação penal privada etc.....	324
8) Comunicações e procedimento	324
9) Audiência de custódia	325
10) Relaxamento e revogação de prisão: distinção.....	327

Capítulo XV

Direito penal indígena.....	329
1) Jurisdição penal indígena	329
2) Responsabilidade penal do índio	335

CAPÍTULO XVI

Competência.....	339
1) Introdução.....	339
2) Competência por prerrogativa de função	339
2.1) Introdução.....	339
2.2) Restrição do foro: avanços e retrocessos.....	340
2.3) Coautoria e participação.....	343
2.4) Competência do tribunal do júri.....	344
2.5) Exceção da verdade em crime contra a honra	345
2.6) Competência do Supremo Tribunal Federal etc.	347
3) Competência da justiça federal	348
3.1) Introdução	348
3.2) Crimes praticados contra a União etc.....	349
3.3) Contravenções e atos infracionais.....	350
3.4) Crime político e terrorismo	351
3.5) Lavagem de capitais	352
3.6) Crimes ambientais.....	352
3.7) Falsificação e uso de documento falso	353
3.8) Crimes praticados por e contra indígenas.....	353
3.9) Crime praticado a bordo de navio ou aeronave	354
3.10) Crime previsto em tratado	354
3.11) Tráfico de drogas.....	356
3.12) Incidente de deslocamento de competência.....	357
3.13) Execução penal.....	357
4) Competência da justiça militar	358
5) Competência da justiça eleitoral.....	360

6) Competência da justiça do trabalho?.....	361
7) Competência dos Juizados Especiais Criminais	361
8) Competência territorial	365
9) Erro sobre a pessoa e competência penal	368

CAPÍTULO XVII

Teoria da prova	371
1) Introdução.....	371
2) Teoria da prova e teoria das nulidades processuais: prova ilegítimas?	371
3) Procedimento probatório: gestão da prova.....	373
4) Objeto da prova: prova dos fatos e do direito.....	374
5) O chamado <i>livre</i> convencimento motivado.....	375
6) Prova atípica e ônus da prova: as regras do processo civil	377
7) Cadeia de custódia: significado, implicações, quebra da cadeia de custódia	380
8) Prova emprestada.....	383
9) Regra da identidade física do juiz.....	385
10) Encontro fortuito de prova.....	386
11) Prova antecipada etc.	386
12) Prova ilícita	387
12.1) Introdução.....	387
12.2) Prova ilícita por derivação	389
12.3) Avanços e retrocessos da regra da exclusão no direito norte-americano.....	391
12.4) Exceções à regra da exclusão da prova ilícita	392
12.4.1) Desconstitucionalização da regra da exclusão	394
12.4.2) A atual orientação da jurisprudência norte-americana é aplicável ao Brasil?	396
12.5) A prova ilícita no Brasil.....	397
12.6) Desentranhamento e inutilização da prova.....	398
13) Interrogatório judicial	398
13.1) Introdução.....	398
13.2) Direito ao silêncio, dispensa do interrogatório etc.....	399

13.3)	Sistema legal, advogado, procedimento, corréus.....	400
13.4)	Forma e fases.....	401
13.5)	Réu preso.....	403
13.6)	Confissão: conceito, espécies, efeitos.....	404
13.7)	Pode o juiz aplicar pena abaixo do mínimo legal?	406

Capítulo XVIII

Colaboração premiada.....	411
1) Introdução.....	411
2) Conceito	414
3) Colaboração e moral	414
4) Legitimidade para celebração do acordo, procedimento etc.	417
5) Prêmios legais, eficácia da colaboração etc.	420
6) Critérios para a concessão, denegação e individualização dos benefícios	423
7) Conteúdo do acordo, sigilo, direito à não autoincriminação etc.	424
8) Retratação e rescisão do acordo	425
9) Papel do juiz: decisões judiciais possíveis	426
10) Valor probatório das declarações do colaborador	428
11) Direitos do colaboradores	428

Capítulo XIX

Sentença, recursos e coisa julgada	429
1) Sentença.....	429
1.1) Introdução.....	429
1.2) Classificação das decisões penais	430
1.3) Conceito e requisitos da sentença.....	432
1.3.1) Introdução.....	432
1.3.2) Fundamentação ou motivação.....	432
1.3.3) Dispositivo ou conclusão	434
1.3.4) Individualização da pena	434
1.4) Efeitos da sentença penal	435

1.5)	Publicação da sentença etc.....	436
1.6)	Intimação da sentença.....	437
1.6.1)	Intimação do réu.....	437
1.6.2)	<i>Intimação do MP, Defensoria Pública etc.....</i>	439
1.7)	Princípio da congruência ou correlação entre acusação, defesa e sentença.....	440
1.7.1)	Introdução.....	440
1.7.2)	Pode o juiz condenar sem pedido de condenação?	442
1.7.3)	Pode o juiz reconhecer circunstâncias agravantes não requeridas pelo MP?	445
1.8)	<i>Emendatio libelli</i>	446
1.8.1)	Conceitos, distinções, princípio da não surpresa etc.....	446
1.8.2)	Implicações sobre a ação penal, competência do juízo etc.	451
1.9)	<i>Mutatio libelli</i>	451
1.9.1)	Introdução, conceito, distinções	451
1.9.2)	Conceito de <i>elemento</i> e <i>circunstância</i> da infração penal.....	453
1.9.3)	Aditamento da denúncia, reabertura da instrução etc.....	454
1.9.4)	Questões controversas: coautoria, dolo, tentativa etc.	455
2)	Teoria dos recursos penais	456
2.1)	Introdução.....	456
2.2)	Duplo grau de jurisdição.....	457
2.3)	Interesse e legitimidade para recorrer	459
2.4)	Previsão legal, tempestividade etc.....	460
2.4.1)	Fungibilidade	461
2.4.2)	Prazo legal	461
2.5)	Efeitos dos recursos	462
2.5.1)	Efeito suspensivo	462
2.5.2)	Efeito devolutivo	463
2.5.3)	Efeito regressivo ou juízo de retratação	464
2.5.4)	Efeito extensivo	464
2.6)	<i>Reformatio in pejus</i>	465
2.7)	Juízo de admissibilidade	467
2.8)	Procedimento, desistência, deserção etc.	468

3) Coisa julgada	469
3.1) Introdução	469
3.2) Coisa julgada formal?	470
3.3) Recurso cabível e revisão criminal	470
3.4) Requisitos da coisa julgada	472
3.5) Limites da coisa julgada: casos especiais	472
3.5.1) Consumação no curso do processo	472
3.5.2) <i>Mutatio libelli</i>	473
3.5.3) Coautoria e participação	473
3.5.4) Concurso de crimes	474
3.5.5) Crime permanente e habitual	475
3.5.6) Superveniência de mais de uma condenação e coisa julgada inconstitucional	476
3.6) Revisão criminal, habeas corpus e mandado de segurança	476
3.6.1) Revisão criminal	476
3.6.1.1) Introdução	476
3.6.1.2) Sentenças passíveis de revisão	477
3.6.1.3) Hipóteses legais de revisão	481
3.7) Sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos	481
3.8) Sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	483
3.9) Descoberta de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que diminua a pena	484
4) Conteúdo do acórdão que julga procedente a revisão etc.	485
5) Legitimidade do ministério público, capacidade postulatória etc.	487
6) Indenização por erro judiciário	490
7) Outras questões	490
7.1) <i>Habeas corpus</i>	490
7.1.1) Introdução: conceito, natureza jurídica etc.	490
7.1.2) Cabimento, espécies, requisitos etc.	492
7.1.3) Limitações do habeas corpus: punição disciplinar, súmula 691 e dilação probatória	496

7.1.4)	<i>Habeas corpus</i> como sucedâneo recursal ou após a coisa julgada	497
7.1.5)	Pessoa jurídica como impetrante ou paciente.....	499
7.1.6)	Procedimento.....	499
7.1.7)	Recursos.....	501
7.1.8)	<i>Como redigir petição de habeas corpus</i>	502
8)	Mandado de Segurança	506
8.1)	Introdução.....	506
8.2)	Direito líquido e certo?	507
8.3)	Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança.....	509
8.4)	Prazo para impetração.....	510
8.5)	Intervenção do ministério público como fiscal da lei.....	511
8.6)	Recursos etc.....	512